



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

UNIDADE: São Paulo Previdência - SPPREV

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Fazenda

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 312/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à São Paulo Previdência - SPPREV, solicitando informações sobre expedição de certidão.
2. Em resposta, a entidade indicou canais para atendimento da solicitação. Em sede de recurso hierárquico restou silente, ensejando apelo cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015. Instada a regularizar a supressão de instância, informou que esclarecimentos poderiam ser obtidos junto ao portal eletrônico, reiterando que o Serviço de Informações ao Cidadão seria canal adequado para “informações de interesse público”.
3. Em síntese, a resposta fundamenta-se na suposta incompatibilidade entre o canal de atendimento escolhido (SIC) e as informações solicitadas. De acordo com a manifestação recorrida, as informações requeridas “estão dispostas nos canais de atendimentos para tratar de informações de interesse pessoal, sendo o canal do SIC para informações de interesse público”.
4. É necessário sublinhar, no entanto, que a legislação vigente (Lei nº 12.527/2011) regulamenta o direito constitucional de acesso à informação, assegurado pelo artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição da República, segundo o qual “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações **de seu interesse particular**, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Conforme se depreende do texto constitucional, o direito de acesso à informação não se refere apenas a informações de *interesse coletivo ou geral*, mas também às informações “de interesse particular”. Ademais, no caso em apreço, embora a interessada apresente como preâmbulo dados sobre seu caso particular, as questões formuladas são de caráter genérico, não se aplicando apenas à situação específica em que a solicitante se encontra.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. A competência do SIC é definida, portanto, não em função do interesse subjacente à informação requerida, e sim de acordo com o tipo de solicitação. Em outras palavras, seja qual for a finalidade do demandante (para satisfação de interesse público ou particular), o SIC ocupa-se de pedidos de informação e deve buscar atendê-los, não tendo competência para apurar denúncias ou solicitar providências.
6. É verdade que a sistemática da Lei de Acesso à Informação não exclui a possibilidade de que, quando existente um procedimento específico para obtenção dos documentos vinculados às atividades fins do órgão, como no caso presente, esse procedimento seja observado, para maior eficiência das atividades desempenhadas, conforme os preceitos regentes da Administração Pública insculpidos no artigo 37 da Constituição da República. **Nessa hipótese, contudo, deve ser assegurada a efetividade do canal disponibilizado, o que não ocorreu no caso concreto**, tendo em vista as informações prestadas pela interessada em âmbito recursal. Imprescindível, portanto, que o órgão demandado se manifeste, apresentando à interessada os esclarecimentos solicitados, na medida de sua disponibilidade.
7. Ante o exposto, **conheço do recurso**, por tempestiva apresentação, e no mérito **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, I, do Decreto nº 58.052/2012. Verificada, assim, a procedência das razões do recurso, devem ser adotadas as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei e no aludido Decreto, conforme esta decisão.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados.

OGE, 21 de novembro de 2016.

  
GUSTAVO UNGARO  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO